
Educação antirracista como prática reflexiva na formação de jornalistas¹

Carla de Oliveira TÔZO²
Edilaine Heleodoro FELIX³
Maria Lúcia da SILVA⁴
FIAM-FAAM Centro Universitário, SP

Resumo

Este artigo relata uma experiência, a partir da prática da educação antirracista por meio da criação do Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais (NERA) na Escola de Comunicação do FIAM-FAAM Centro Universitário e suas diversas atividades ao longo de dois anos, principalmente a criação da revista e site Dumela que integra alunos e professores em suas ações, tendo como base as diretrizes da lei 10.639/2003.

Palavras-chave: jornalismo; cidadania; ensino superior; lei 10.639/2003; NERA;

Introdução

Passados quinze anos da aprovação da Lei nº 10.639/2003, podemos afirmar que a temática das relações raciais, para inclusão das questões específicas de negros na educação, centralizou o debate do ponto de vista das políticas públicas de inclusão social desse período no Brasil. Essa Lei, que tem como objetivo reparar danos causados às populações negras pelas discriminações sofridas, alterou a forma de conceber educação, pois tornou obrigatória a inclusão, nos currículos de todos os níveis educacionais, de novos conteúdos, formas e entendimentos sobre o que vinha sendo

¹ Trabalho apresentado no GP Educação e Comunicação, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, professora do FIAM-FAAM Centro Universitário, membro do Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais (NERA). E-mail: carlatozo@uol.com.br; carla.tozo@fiamfaam.br

³ Jornalista, Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, professora do FIAM-FAAM Centro Universitário, membro do Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais (NERA). E-mail: edilaine.jornal@gmail.com; edilaine.felix@fiamfaam.br

⁴ Jornalista, Doutora em Educação pela Universidade Nove de Julho, professora do FIAM-FAAM Centro Universitário, membro do Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais (NERA). E-mail: mlucia1459@gmail.com; maria.l.silva@fiamfaam.br

ensinado sobre a cultura negra, uma vez que a forma tradicional de ensino reafirma preconceitos, discriminações e racismos contra esses povos africanos e seus descendentes.

A Lei nº 10.639/2003 foi ampliada para abranger a história e a cultura dos povos indígenas no ano de 2008, quando foi alterado o artigo 26-A, no qual ficou definido que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, dando origem à Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008). Ela permite novas e diferentes formas de interação, particularmente a partir da inserção de indígenas nas universidades, por meio do sistema de cotas, produzindo visibilidade e valorização cultural.

Com aprovação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Comunicação Social, desde 2013 as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas devem inserir em seus PPC conteúdos relativos aos temas transversais como Direitos Humanos, Educação para relações Étnico-Raciais e o Meio Ambiente.

Nesse sentido, o FIAM-FAAM Centro Universitário, localizado na cidade de São Paulo, optou por criar núcleos de estudos para atender a resolução de seus cursos de Comunicação Social e desde 2016, por exemplo, vem produzindo atividades por meio do Núcleo de Estudos Étnico-Racial (NERA).

Entre os objetivos do NERA está o despertar nesse conjunto de atores sociais - professores e alunos da Escola de Comunicação - o interesse por participar de ações que valorizem os temas de seus interesses de pesquisa, considerando a transversalidade no conjunto das disciplinas. Cabe ressaltar ainda a elaboração de uma pedagogia antirracista e antidiscriminatória a partir de estratégias educacionais orientadas pelo princípio da igualdade, bem como posicionar-se formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação; assim como incentivar os alunos a construir novas relações étnico-raciais, reconhecer sua identidade e alterar atitudes racistas em qualquer veículo de comunicação e saber lidar positivamente com a diversidade étnica da sociedade brasileira.

Entre as linhas de Pesquisa do NERA temos: Análise das mídias – linguagem, tecnologias e estéticas; Comunicação, raça e mundo do trabalho – relações étnicas e de comunicação nas empresas; Cultura e produção simbólica: reprodução cultural e estereótipos; A luta racial na história – movimentos sociais, artes, imprensa, juventude,

feminismo e masculinidade negra; O urbano, a periferia ou as bordas: produção cultural e as Políticas Públicas de ações afirmativas: docentes e discentes negros.

Nesses dois anos já são mais de 45 eventos realizados, com 153 professores e 3.459 alunos envolvidos e impactados com essa prática cidadã.

Ano/Semestre	Nº Eventos	Professores Envolvidos	Alunos participantes
2016/1	03	22	163
2016/2	12	42	798
2017/1	10	27	630
2017/2	13	35	1.134
2018/1	07	27	734
Total	45	153	3.459

Assim, em 2017 a ideia de desenvolver uma revista surgiu naturalmente, afinal, as revistas têm mais tempo para elaborar a pauta, checar e analisar as informações, cobrir questões mais complexas que a simples transmissão de notícias e explorar diferentes ângulos. Ali (2009, p.17) defende que “os mais brilhantes poetas, escritores, artistas, jornalistas, fotógrafos e cientistas têm usado as páginas das revistas para transmitir ideias, opiniões, interpretações, protestos, denúncias, beleza e diversão, formando assim o pensamento e estilo de vida das sociedades.”

Reforçando essa importância, Maria Lúcia da Silva⁵ no editorial da primeira edição da revista escreve:

É com muita emoção que escrevo o primeiro editorial da Dumela porque um projeto editorial novo é sempre um desafio para nós profissionais da comunicação, mas essa revista além de trazer em sua origem esses desafios técnicos, chega com o objetivo de registrar as narrativas necessárias ao combate à invisibilidade dada aos profissionais negros no mundo do trabalho.

Já em sua primeira edição, a Dumela quer se apresentar a comunidade FMU|FIAM-FAAM como um veículo que chega para oportunizar narrativas que contribuam com o combate ao sexismo, misoginia e homofobia. (...) Acreditamos, cremos e temos fé, que a educação seja um dos caminhos para reverter o quadro de desigualdade social que assola a sociedade brasileira. E quando se opta por um modelo de educação inclusiva que acolhe pessoas que diariamente lidam com o preconceito, discriminação e invisibilidade, permitimos a essas pessoas um novo horizonte existencial, cultural e crítico; (...) (SILVA, 2017, p.4)

⁵Texto extraído do Editorial da Revista Dumela intitulado “Narrativas necessárias...”. Revista Dumela. São Paulo, v.1, n 1, 2017

O conhecimento é sinônimo de liberdade e o acesso a ele transforma a pessoa em sujeito ativo na construção da sua história, ou mais especificamente, no exercício do seu direito à cidadania.

1. A educação das relações étnico-raciais no Ensino Superior

Alguns pesquisadores da temática *educação das relações étnico-raciais* já constataram que, entre as dificuldades para a implantação da Lei 10.639/2003, encontramos a valorização exacerbada dada ao ensino da cultura europeia, silenciando as culturas indígenas e africanas. Notamos, muitas vezes, brasileiros, descendentes de europeus na defesa da manutenção dos privilégios dos brancos em uma sociedade mestiça, colocando a branquitude como norma inquestionável e a visão eurocêntrica como única. Para a relatora dessa Lei, Gonçalves e Silva (2007), a educação das relações étnico-raciais deve romper com sentimentos de superioridade e inferioridade, fortalecendo as identidades e os direitos para que homens e mulheres combatam racismos, preconceitos e discriminações de todo tipo.

A aprovação da Lei nº 10.639/2003 trouxe para a cena brasileira o debate sobre a prática do racismo desenvolvida pela sociedade, até então protegido pela ideia mítica de o Brasil ser uma nação democrática racialmente, conforme defendeu Freyre (2003). No entanto, diversos segmentos nas vozes de juristas, educadores, deputados federais, senadores e pesquisadores das ciências humanas e sociais legitimaram a importância e a necessidade de política educacional de ações afirmativas, fazendo coro com as solicitações dos movimentos negros e de outros movimentos sociais.

Essa Lei, que é parte de um conjunto de ações afirmativas, está impactando a educação pela via das políticas curriculares em todos os níveis de ensino; ela vem mudando a vida de muitos brasileiros, independentemente de estar ou não no sistema educacional, a considerar que a população negra, representada pelos movimentos negros, apresenta motivações e solicitações de políticas públicas ao Estado brasileiro para fins de reparação aos racismos cometidos contra os negros. A via da educação se apresenta como a mais eficaz, além de se apresentar como um direito social. Como explica o professor Cunha Jr.,

os movimentos negros insistiram por mais de um século para que se realizasse a devida incorporação das histórias e das culturas dos

africanos e dos afrodescendentes ao ensino da história geral da humanidade e à História do Brasil, sem, contudo, logarmos sucesso até o ano de 2003. (CUNHA, 2005, p. 251)

Como parte de uma política educacional, essa ação afirmativa atinge o ensino de história que em sua trajetória sempre apresentou a versão colonial das relações raciais, que se pautou em valorizar a cultura europeia em detrimento da cultura africana e afro-brasileira. Dessa forma, ao reparar erros históricos, essa lei vai ajudar a criar “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações” (GONÇALVES E SILVA, 2007, p. 491).

2. Orientações da Lei nº 10.639/2003 para o Ensino Superior

Ao orientar as Instituições de Ensino Superior (IES) para contemplar as solicitações da Lei nº 10.639/2003, a Resolução CNE/CP 10/2004 faz referência aos cursos do campo das licenciaturas por formarem professores e outros profissionais que atuam no ambiente escolar; sinaliza para a necessidade de inclusão de atividades acadêmicas gerais (disciplinas, módulos, seminários, estágios) e específicas (núcleos e/ou grupos de estudos, linhas de pesquisa, extensão) com as temáticas da história e cultura afro-brasileira e africana. As IES também devem desenvolver, por iniciativa própria, a revisão do Projeto-Político Pedagógico (PPP) e das matrizes curriculares de seus cursos, “que podem ser revistos a partir das determinações das políticas de ações afirmativas.” (MONTEIRO, 2006, p. 123)

As orientações para as IES têm como princípio ajudar a construir estratégias educacionais, visando a pedagogias antirracistas e da diversidade, o que possibilitará a igualdade racial, que é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento racial. Às IES também cabe contribuir criando condições internas para o avanço da educação antirracista e “para que a educação antirracista se concretize, é preciso considerar que o exercício profissional depende de ações individuais, coletivas, dos movimentos organizados e também de políticas públicas” (MONTEIRO, 2006, p. 124).

É preciso avançar para além dos discursos, pois esse cenário somente se alterará se os docentes das IES mudarem a forma de abordagem das questões étnico-raciais em

sala de aula. E essas mudanças devem se basear em pesquisas acadêmicas, em trocas de experiências e em novas *práxis*.

3. História dos Neab's

A história dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (Neab's) partiu de professores, intelectuais e/ou ativistas ligados aos movimentos negros, com objetivo de centralizar o debate sobre a questão cultural negra e indígena. Vinculados às instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas os Neab's nascem em sua grande maioria durante a década de 1980, bem antes da implantação da lei 10.639/2003, mas ganham força e aumentam consistentemente com a legislação das ações afirmativas, tornando-se fundamentais na implementação dessa lei, colaborando com a formação de professores, centralizando o debate sobre democracia racial e o combate ao racismo com a função de desmistificar o pensamento colonial, eurocêntrico. O Centro de Estudos Afro-orientais (CEAO), da Universidade da Federal da Bahia está em vigor desde 1959 e vem como os demais núcleos de estudos e pesquisa contribuindo para a construção, difusão e promoção do conhecimento da população negra brasileira.

No site da Associação Brasileira de Pensadores Negros (ABPN) vamos encontrar dados do Consórcio Nacional de Neab's onde estão cadastrados mais de 100 (cem) entidades que utilizam essa mesma nomenclatura para promover a igualdade racial. No Estado de São Paulo, onde está localizado o FIAM-FAAM Centro Universitário, que é referência na formação de jornalistas há 45 anos, encontramos o maior número de Neab's em instituições públicas como USP, UNIFESP, UNICAMP, UFSCar, UFABC. Em algumas destas universidades vamos encontrar mais de um núcleo, atuando para além das temáticas transversais exigidas pelo MEC nas Resoluções de Cursos. Mas também há experiência dessa natureza em instituições privadas como é o caso da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). E não podemos deixar de registrar a experiência do Centro de Estudos Afro-Asiático da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro desde 1973, que desenvolveu estudos sobre o colonialismo, política do Apartheid, e a descolonização africana conforme cita Passos (2006).

Já na cidade de São Paulo, onde existe um maior número de alunos e professores inseridos no Ensino Superior no Brasil, existem muitas instituições, especialmente

privadas que, para atenderem as demandas dessa legislação em seus cursos de bacharelado e licenciaturas, criam disciplinas transversais e não atuam com núcleos.

4. Criação do Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais (NERA)

O movimento para a criação do Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais (NERA)⁶ do FIAM-FAAM Centro Universitário começou em maio de 2016 e teve como objetivo desenvolver trabalhos de pesquisa e ensino relacionados com a missão da universidade e com o disposto no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

A idealizadora do projeto e docente do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM, Maria Lucia da Silva em sua tese de doutorado intitulada *Memórias dos professores Negros e Negras da UNILAB: tecendo saberes e práxis* abordou sobre a experiência de alguns desses professores com núcleos com a temática racial e a importância de se implantá-los nas instituições de ensino, já que, a Lei 10.639/03 e 11.645/08 obrigam as instituições de ensino, em todos os níveis, a desenvolverem em seus currículos disciplinas que abordem a história e cultura afro-brasileira, e determina a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como o *Dia Nacional da Consciência Negra*.

Entendendo que a academia é o espaço privilegiado para trazer à luz o tema e diante da experiência na abordagem prática e teórica do assunto, a docente⁷ foi convidada pela coordenação a desenhar um núcleo para o curso de comunicação para o qual apresentou um projeto básico à instituição e aos professores negros do curso.

Para receber orientações e trocar ideias sobre a implantação do núcleo, convidei o professor chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e membro do Neinb (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da USP), Dennis de Oliveira, para apresentar a proposta do Nera e, também, contar a experiência com o Neinb. (SILVA,2017)

⁶A Escola de Comunicação do FIAM-FAAM Centro Universitário que compõe o Complexo Educacional FMU|FIAM-FAAM pertencente ao grupo Laureate International Universities, criou em 2016 com professores e alunos do curso de Comunicação o Núcleo de Estudos Étnicos-Raciais (NERA), Núcleo de Estudos de Gênero (NUGE), Núcleo de Estudos sobre o Meio Ambiente (NEMA), Núcleo de Estudo de Artes Dramáticas (NUDA).

⁷FELIX, Heleodoro Felix. Um núcleo para chamar de seu. Revista Dumela. São Paulo, v.1, n 1, 2017.

Além do professor Dennis de Oliveira, outras referências ajudaram a delinear a proposta do núcleo, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES), que atua com formação de professor e propõe ações com os alunos cotistas; o Grupo de Pesquisa Relações Raciais: Memória, identidade e imaginário, coordenado pela professora Teresinha Bernardo; o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA), e de materiais produzidos pelos grupos de pesquisa do professor Muniz Sodré da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo a autora Nilma Lino Gomes (2004), a universidade pública tem de contemplar a diversidade étnico-racial da população em todos os seus cursos e não pode se concentrar apenas em algumas áreas. “Para isso, temos que criar condições para que jovens negros e pobres entrem e permaneçam com sucesso dentro da universidade”. (GOMES, 2004, p.41)

A compreensão de que necessitamos de uma educação antirracista exige que o pesquisador aponte caminhos, mecanismos e razões para afirmar que a educação produzida até aqui tem um viés racista. “Ressalta-se que a universidade pública no Brasil não cumpre o seu papel de promover a diversidade que compõe a sociedade brasileira.” (SILVA, 2016, p.25). Em entrevista para a Revista Dumela⁸, publicação do NERA, a professora ressalta que:

para a instituição como um todo esse debate sobre raça e gênero é importante porque o mundo do trabalho se constituiu com bases racistas e misóginas e hoje o cenário é outro, e tem de reverter esse processo. Nesse sentido, nossos alunos que tiverem a experiência com esse debate poderão errar menos, ter outra postura diante de uma situação de preconceito e discriminação (SILVA, 2017)

A relação entre educação e diversidade é muito nova como política pública de superação das desigualdades educacionais. Diante disso, a experiência de debater o racismo é muito nova para todos nós, até porque muitos dentre nós ainda não se descobriu negro. Mas também é preciso avançar e ir além dos discursos, “e essas mudanças devem se basear em pesquisas acadêmicas, em trocas de experiências e em novas práxis”. (SILVA, 2016, p.108)

⁸FELIX, Heleodoro Felix. Um núcleo para chamar de seu. Revista Dumela. São Paulo, v.1, n 1, 2017.

Para o professor Dennis de Oliveira, os núcleos de estudo devem responder a uma importante demanda, que é a produção do conhecimento acadêmico no campo das relações étnico-raciais. E essa é a trilha a seguir:

É um dos caminhos sim [dos núcleos], embora considere que esta agenda transcenda os núcleos internos da universidade e também estejam no movimento negro que lutou arduamente para as ações afirmativas no ensino superior. (OLIVEIRA, 2017, p. 21)

Consolidar esses espaços de discussão e reflexão sobre esta temática para que não se transformem em guetos é um dos maiores desafios do NERA. Por isso, Dennis acredita que a agenda antirracista e da diversidade deve contaminar os projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino para que estejam preocupados em formar pessoas com uma consciência multiétnica da sociedade. “Os núcleos devem articular-se com os movimentos sociais internos e externos da universidade denunciando as eventuais práticas racistas e exigindo das instituições mecanismos eficazes de combate.” (OLIVEIRA, 2017, p.21)

Para se fortalecer e seguir discutindo raça e preconceito no ambiente acadêmico, e fazer com que esses assuntos extrapolem para a sociedade, o NERA busca referências para se consolidar. Em entrevista para a revista *Dumela*⁹, o professor doutor Juarez Tadeu de Paula Xavier, assessor da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho* (Unesp), coordenador do Núcleo Negro da *Unesp* para Pesquisa e Extensão (Nupe), grupo que atua desde o final dos anos de 1990, ressalta que núcleos como o Nupe, Neimb, Nera e tantos outros devem ser o caminho para discutir esse tema dentro da comunidade acadêmica.

Eles têm legitimidade, consistência, dados, informações, conhecimento e produção para essa função. Racismo é um campo que deve ser estudado com afinco, e esses núcleos fazem isso, para além da ignorância dos não estudiosos. Ignorância não é argumento, em todas as questões, em especial na questão racial no Brasil. (XAVIER, p.22, 2017)

Oliveira (2017) acredita que o maior desafio dos núcleos é romper as barreiras racistas que existem na academia. Uma delas é o eurocentrismo, que desconsidera todo o universo de conhecimento construído fora do eixo da Europa e que ajuda a fortalecer

⁹FELIX, Heleodoro Felix. Um núcleo para chamar de seu. Revista *Dumela*. São Paulo, v.1, n 1, 2017.

uma imagem estigmatizada da África e da América Latina como regiões atrasadas e que em nada contribuiriam para o conhecimento humano.

O professor também enfatiza a elaboração coletiva de conhecimento profundo e radical das singularidades das relações étnico-raciais no Brasil e o impacto nos diversos setores do saber, no campo das ciências humanas, tecnológicas, da saúde, entre outras. Por isso, ele acredita que os núcleos devem colaborar para a formação e protagonismo de intelectuais negras e negros para que tenham visibilidade no espaço acadêmico e autoridade de fala nos mais diversos setores do conhecimento. “E, finalmente, consolidar no espaço acadêmico esta temática - a das relações étnico-raciais -, como campo de estudos e do conhecimento.” (OLIVEIRA, p. 23, 2017)

A existência de núcleos nas instituições de ensino para discutir racismo, discriminação e desigualdade é fundamental. De acordo com Xavier (2017), o núcleo é o contraponto na formulação da narrativa contra o genocídio, o etnocídio e o epistemicídio negro no Brasil, com suas pesquisas - graduação e pós-graduação -, e produção de conhecimento. “O mais importante é a não institucionalização desses grupos. A alta gestão deve reconhecer os núcleos como espaços de formulação política das questões raciais, para a sociedade e para a instituição. Creio que isso é decisivo.” (XAVIER, p. 25, 2017)

São as histórias de luta e resistência de grupos de estudo, de alunos, professores que por meio das artes, música, dança e esporte impulsionam o NERA a seguir adiante. Silva considera que o núcleo está caminhando para criar uma identidade que tenha a comunicação social como referência, a democratização dos meios de comunicação e a representatividade dos negros nos produtos e nas empresas de comunicação como desafios. “Aqui na instituição estamos indo bem, com condições de ampliar esse debate para toda a instituição.” (SILVA, 2017).

Especialmente relacionada às práticas jornalísticas, o NERA criou a Revista e o site Dumela que abarca todas as ações do Núcleo e se tornou um espaço de discussão para todo o Complexo Educacional.

5. Por um jornalismo emancipador: a criação da Dumela

Compartilhamos informações o tempo todo e precisamos delas para viver nossas vidas, para nos proteger, para nos ligarmos uns aos outros, para identificar amigos e

inimigos. O acesso à informação contribui de forma direta para a mudança de situação de quem a consome e é aí que entra o papel do jornalismo que, historicamente, sempre esteve associado à construção da democracia e à conquista de direitos e da cidadania. Para Kovach e Rosenstiel (2004) “quanto mais soubermos, mais livres seremos”.

Nesse sentido, não é exagero afirmar que o acesso às informações de qualidade é fundamental para essa “sobrevivência” do homem em sociedade, ou seja, para o exercício da cidadania.

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (...) (DALLARI, 1998, p.14)

Na prática o funcionamento do jornalismo – influenciado por aspectos do mercado neoliberal – nem sempre consegue ou tem interesse em contribuir na discussão de pautas emancipatórias, entre elas, a da questão racial.

O jornalismo surgiu como uma atividade de consolidação da democracia. Cumpriu e cumpre um papel importante nesse sentido. Entretanto, à medida que a atividade foi sendo colonizada pela indústria midiática, inserida no tripé do poder global, com o esvaziamento da esfera pública da política, com a configuração nova do capitalismo “Ação Direta do Capital” esvaziando as estruturas mediadoras, ele vai perdendo sentido. (OLIVEIRA, 2017, p. 19)

Assim, é fundamental o papel da universidade na formação e conscientização de novos profissionais para os temas urgentes da sociedade. Com essa perspectiva nasceu em 2017 a Revista Dumela para ser um espaço de divulgação das ações do NERA e de fomento do debate étnico-racial envolvendo o corpo discente e docente do FIAM-FAAM Centro Universitário e também a comunidade acadêmica externa.

A escolha do formato revista se deve às possibilidades informativas e estéticas que ela pode oferecer. “As revistas cobrem funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias. Entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura”. (SCALZO, 2009, p. 13)

Já Fátima Ali (2009) em seu livro *A Arte de editar Revistas* defende algumas características próprias para esse tipo de produto. Elas são bonitas, feitas para durar, tem identidade própria, informam, instruem, divertem e, principalmente, estabelecem uma relação com o leitor mais profunda.

A Dumela¹⁰ tem 60 páginas, é semestral (maio e novembro), foi elaborada – voluntariamente - por professores do Núcleo, da Escola de Comunicação e alunos e tem as seguintes editorias: *Editorial* (reflexão do Núcleo sobre um tema atual), *Por que ler* (dicas de leituras através de resenhas), *Por que ver* (dicas de produções audiovisuais através de resenhas), *Por que ouvir* (dicas de produções sonoras através de resenhas), *Espaço Discente* (para a divulgação de trabalhos produzidos por alunos nas disciplinas comuns da grade e/ou Trabalho de Conclusão de Curso), *Espaço Docente* (professores divulguem suas pesquisas e/ou façam reflexões), *Desmistificando* (editoria que visa esclarecer, explicar temas que ainda são envoltos de preconceito e estereótipos), *Memória* (espaço dedicado ao resgate da história e ações das escolas do FIAM-FAAM Centro Universitário), *Diálogos* (entrevistas com especialistas e pesquisadores), *Precisamos falar* (espaço para leitores darem sua opinião sobre temas que envolvam, principalmente, minorias, estereótipos e preconceito), *Refleta* (espaço para convidado externo), *Ensaio* (fotos e depoimentos de personagens ligados a uma temática especial), *Personagem* (através de perfis destacar a importância/contribuição de pessoas que pesquisem, atuem, sejam referência em suas áreas) e *Espaço Nera* (espaço para divulgação das ações do Núcleo).

Por se tratar de um projeto voluntário não havia a certeza de que a universidade teria verba para a impressão e distribuição do produto. O desenvolvimento da Dumela começou em junho¹¹ (apresentação do projeto, sugestões de pautas, desenvolvimento do projeto gráfico e seleção de professores e alunos para a elaboração do conteúdo) e foi finalizado em novembro.

Desse modo, para garantirmos a permanência do espaço de debate criado pela revista, o NERA resolveu investir também em uma plataforma digital com o mesmo nome da revista para manter o público interno e externo atualizado sobre as discussões étnicos-raciais. O domínio www.revistadumela.com.br permite a visualização da revista de forma digital (plataforma issuu) e ainda oferece conteúdo exclusivo para o formato (notícias, reportagens, vídeos, crônicas, colunistas, *Por que conhecer*).

¹⁰Dumela é uma palavra do idioma tsuana que significa acreditar, crer e ter fé. A tsuana é a língua original do país Botsuana, que está localizado na região sul do continente Africano.

¹¹Os colaboradores se reuniam nos intervalos das aulas ou em horários alternativos e através de e-mails para produzir o material. A ideia da revista logo teve a aprovação da coordenação e direção, mas para a impressão era necessário o produto estar pronto para só assim pleitearmos a verba com a reitoria. No entanto, com mudanças estruturais da empresa mantenedora esse dinheiro para a impressão foi cortado momentaneamente e, somente, para abril de 2018 conseguimos verba para a impressão de 300. Como o produto teve uma ótima receptividade por parte de todo o Complexo FMU|FIAM FAAM há a autorização para tocar o projeto e continuar produzindo anualmente duas edições.

A sua impressão ocorreu em maio de 2018 e seu lançamento oficial e distribuição no dia 25 Maio. A data foi escolhida propositalmente por se tratar do dia da África e um evento foi organizado com membros de países africanos de Língua Portuguesa (Nádia Ferreira de Guiné Bissau, graduada em Letras, Madalena Bivi de Moçambique, doutoranda em educação, Pedro Péssula de Moçambique, doutorando em educação física e Yuran Judelfino Tinta de Angola, graduando em Relações Internacionais) que falaram sobre questões políticas, comportamento, dialetos, tecnologia e mídia, além da apresentação de dança da bailarina moçambicana Inês Dionísio Queme e do grupo musical Maria Maria's Musicoterapia, Raça e Identidade formada por alunas do curso de Musicoterapia da FMU.

O NERA acredita que ao utilizar essas duas ferramentas jornalísticas coloca em prática uma iniciativa mais emancipatória como defende Dennis de Oliveira.

(..) como Paulo Freire, a emancipação do oprimido liberta também o opressor, pois transforma a relação humana, e esse movimento de emancipação é uma tarefa coletiva, ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão. (...)
(OLIVEIRA, 2017, p. 20)

6. Considerações finais

A falta de formação dos professores para atuar na educação das relações raciais tem se apresentado como uma das dificuldades para concretização e o avanço da legislação 10.639/2003 e 11.645/2008, conforme vem sendo apresentado (Gomes, Gonçalves e Silva) nos eventos que avaliam a mesmas e/ou em artigos publicados por pesquisadores da área.

No FIAM-FAAM estamos ampliando as ações do NERA para toda a instituição e a partir do próximo semestre passamos a atuar em parceria com o NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico) com pretensões de desenvolver um plano de formação para os docentes com a temática racial, como objetivo aproximar de forma significativa o cotidiano dos alunos e, particularmente suas interlocuções em sala, além de ampliar o universo das pesquisas com os conhecimentos produzidos pelos docentes a partir da análise e reflexão de sua prática.

Nesses dois anos de atividades, o NERA tem encontrado um espaço amplo para discutir raça do ponto de vista do jornalismo, da publicidade e propaganda, a partir de

oficinas de capoeira e grafite, de rodas de conversa sobre racismo, preconceito, mercado de trabalho, questões indígenas e de gênero, exposições de tecidos, bijuterias e artesanatos, até seções de cinema, programas de rádio e TV, além da Revista e site Dumela.

Referências bibliográficas

ALI, Fátima. **A arte de editar revistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

BOAS, Sergio Villas. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática, História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 26 maio 2009.

CUNHA JR., Henrique. Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira. In: **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília. Ministério da Educação/SECAD, 2005.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Modena, 1998

FELIX, Heleodoro Felix. **Um núcleo para chamar de seu**. Revista Dumela. São Paulo, v.1, n 1, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 1933. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa-Grande_%26_Senzala>. Acesso em: 15 maio 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/2745/2092>. Acesso em: 20 maio 2016.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas de educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2004.

MONTEIRO, Rosana. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo e Emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. São Paulo: Appris, 2017.

OLIVEIRA, Dennis In FELIX, Heleodoro Felix. **Um núcleo para chamar de seu**. Revista Dumela. São Paulo, v.1, n 1, 2017.

PASSOS, A.H.I., **Reflexão acadêmica e afrodescendência: um estudo da contribuição de três núcleos de pesquisa de universidades do Rio de Janeiro para o enfrentamento do racismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2006.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maria Lucia da. In FELIX, Heleodoro Felix. **Um núcleo para chamar de seu**. Revista Dumela. São Paulo, v.1, n 1, 2017.

SILVA, Maria Lucia da. **Memória de Professores negros e negras da UNILAB: tecendo saberes e práxis antirracistas**. Tese de doutorado em Educação. São Paulo, UNINOVE, 2016.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula In FELIX, Heleodoro Felix. **Um núcleo para chamar de seu**. Revista Dumela. São Paulo, v.1, n 1, 2017.